

Escola realmente pública

A SUA maneira, Minas Gerais está procurando reabilitar a escola pública. É a ação positiva que falta entre os que simplesmente falam em defendê-la. Porque, se em algum momento há escola pública em risco, é também por se ter esta alienado e ter perdido assim sua relevância social.

O QUE Minas Gerais quer, através do Pacto de Minas pela Educação, lançado no ano passado sob iniciativa do Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), é envolver toda a sociedade. Com vistas à mudança no perfil educacional do estado, com um número estimado de 300 mil crianças fora da escola e 200 mil analfabetos, entre 11 e 14 anos. E, com essa mobilização, firmar uma nova mentalidade: escola pública é escola de todos; e não escola do Governo.

DECORRIDO pouco mais de um ano de articulações municipais e ações autônomas, a Secretaria Executiva do Pacto já dispõe de patrimônio social considerável. São os relatórios, produzidos por cerca de 200 municípios, dando conta de ações e atividades listadas em 68 itens.

HÁ um leque variado de indicadores, nos formulários enviados para respos-

ta. Nele figuram desde a identificação de crianças que estejam fora da escola e as providências para assegurar sua matrícula e frequência, até a existência de organizações para desenvolver atividades articuladas com o Pacto.

AMPLIDÃO igual se adotou na seleção dos destinatários. São entidades governamentais (federais, estaduais, municipais) e organizações não-governamentais (ONGs); clubes de serviços e instituições religiosas; conselhos tutelares e conselhos municipais; empresariado, com destaque especial das empresas na área da comunicação; associações microrregionais; enfim, grupos ou pessoas autônomas. Objetiva-se recolher o que está sendo feito, por quem e onde; um primeiro quadro da reação coletiva ao Pacto.

AS respostas recebidas até meados de junho mostram, por exemplo, mais de 40 ONGs aplicadas atualmente a ações e atividades múltiplas (até 20 distintas), convergindo para a qualificação do ensino público. Em lugares distantes, como Medina, já perto da fronteira com a Bahia; ou de extrema penúria, como Jequitinhonha. Mostram a maioria das empresas de comunicação, da capital e do in-

terior, abertas à veiculação de notas e informações sobre as iniciativas do Pacto. E a colaboração dos juizados de menores, dos promotores de Justiça, das delegacias policiais e da Polícia Militar, para assegurar a frequência dos alunos às escolas.

ESTIMULA-SE, ao mesmo tempo, a criatividade local. Na busca da meta de repetência zero, por exemplo, uma empresa do setor farmacêutico em Montes Claros adotou uma escola inteira; e nela aplica sua experiência do programa de Qualidade Total. Para garantir a permanência da criança na escola, o delegado policial de Coqueiral, sempre que alunos faltam às aulas por mais de três dias, procura os pais para alertá-los sobre o crime de abandono.

COM secretaria-executiva mantida pelo Unicef e entidades empresariais de Minas, o Pacto de Minas pela Educação não é uma ação de governo. Mas é uma ação pelo Governo, em sua tarefa imensa de atender a 3,4 milhões de alunos, nas redes estadual e municipal. Para que não arque sozinho com esse ônus; e para que aprofunde o programa de avaliação constante da escola pública, ali executado desde 1991.